



- 1) A mudança a concretizar no País tem vários instrumentos, agentes e momentos. O PRD é um desses instrumentos. Há, pelo menos, mais dois: o novo Presidente da República e os novos protagonistas políticos que agora aparecem na ribalta. A mudança só se concretizará se cada um se posi  
cionar de forma acertada em cada um destes momentos.
  
- 2) O PRD beneficiou já, em termos eleitorais, de outros sinais de mudança que estão no terreno há mais de um ano como é o caso do movimento que se gerou em todo o País em torno da minha candidatura.
  
- 3) O povo português está à espera que se concretize brevemente uma nova maneira de fazer política. Os partidos e os dirigentes que assumiram no discurso eleitoral esta faceta vão ser observados proximamente em função de duas vertentes:
  - a) a posição clara e transparente que vão adoptar face à formação do governo;
  - b) a maneira como se vão comportar nos dois próximos actos eleitorais - autárquicas e presidenciais.
  
- 4) A apresentação de uma candidatura pelo PRD parece não estar em consonância com os objectivos de mudança e de uma nova prática política que o PRD advoga. Seria mais um candidato partidário, sem condições para consolidar esta mudança. É preciso ter em conta que a deslocação do eleitorado para o PRD se fez à conta do PS e da APU, num quadro em que a abstenção aumentou. Parece também evidente que a base de apoio do novo PR tem de ser mais vasta do que a do quadrante político onde o PRD se posiciona. Penso por isso, que qualquer candidato partidário que surja neste quadrante terá grandes dificuldades em encontrar essa base de apoio necessária, ao contrário de um candidato independente que não entre em definições ideológicas estreitas e que seja capaz de protagonizar a função presidencial com isenção.

Em síntese, parece-me util e necessário que o PRD advogue activamente a concretização, ao nível as presidenciais, da mudança que iniciou nas legislativas, apoiando uma candidatura verdadeiramente independente e que possa obter uma larga base de apoio nacional, tal como aconteceu com o General Ramalho Eanes, em 1980.

5) Parece-me impossível no momento político actual o aparecimento de uma candidatura independente. As candidaturas verdadeiramente independentes ou tinham surgido até às legislativas ou então parece obvio que, ao entrarem na cena política agora, não podem deixar de ser entendidas como uma iniciativa de vinculo partidário, ainda que auto-designadas de independentes. É que já é muito tarde para lançar uma candidatura independente, isto é, que não dependa dos partidos em termos financeiros, administrativos e organizativos. A independência não é a farsa que por vezes se architecta - - uma personalidade declara-se candidata e logo a seguir recebe o apoio dos partidos com quem estabeleceu compromissos atrás das cortinas.

A independência de um candidato define-se e é avaliada pela capacidade política e meios de acção evidenciados que lhe permitem aceitar, sem dependência, os apoios partidários que venha a recolher. Isto só se consegue com trabalho ao longo de muitos meses e com uma clara adesão dos cidadãos enquanto tal.



6) Considero obviamente legítimo o aparecimento de candidaturas partidárias mas entendo que nas condições actuais do País há tudo a ganhar com um candidato independente capaz de promover entendimento entre as forças políticas e tudo a perder em levar para a Presidência da República a instabilidade que está latente com a fragmentação partidária que se acentuou nestas eleições.

7) Se houvesse um bloco maioritário na Assembleia da República era viável fazer eleger um candidato partidário. As eleições legislativas de 6 de Outubro afastaram, no entanto, essa possibilidade. É preciso verificar que neste momento, nas condições políticas actuais, está inviabilizada a

a estratégia <sup>(E.N.S.)</sup> (de ~~Sã~~ Carneiro - um governo, uma maioria e um presidente.

Por isso, o que é necessário é eleger um candidato capaz de promover a estabilidade política e governativa neste quadro de expressão fragmentada da Assembleia da República e de garantir, pela sua intervenção, a possibilidade de, a curto prazo, o povo português poder construir uma maioria política com expressão na Assembleia e no Governo.

- 8) Não estou a ver como é que o General Ramalho Eanes pode intervir apoiando este ou aquele candidato contra outro. (Não é necessário nem útil que vanha a fazê-lo.) Se o fizesse negaria no final do seu segundo mandato toda a sua acty ação anterior. Quem conhece como eu o General Ramalho Eanes sabe que ele seria incapaz, dado o escrupuloso sentido ético que tem evidenciado, de intervir na disputa eleitoral a favor de um ou contra o outro.
- 9) Uma coisa é um partido político nascente referirse à figura política do General Ramalho Eanes como forma de referen ciar as suas propostas ao eleitorado. Outra bem diferente é realizar uma campanha presidencial por interposta pessoa. É que os candidatos nas eleições presidenciais têm de o ser de corpo inteiro e pensamento próprio.

